

Proteção e resistência de jornalistas feministas na América Latina

Jessica Gustafson¹

Resumo

O presente artigo discute a articulação de jornalistas feministas latino-americanas dentro da Red Internacional de Periodistas con Visión de Género (RIPVG), fundada em 2005, no México. O objetivo é perceber, a partir de entrevistas em profundidade com jornalistas de cinco países latino-americanos (México, Colômbia, Chile, Brasil e Argentina) que ocupam cargos organizativos dentro da RIPVG, uma mudança de atuação na última década dentro da rede. Se a formação de jornalistas com uma perspectiva de gênero era o objetivo central das profissionais, com foco na produção jornalística, a partir de 2010 a organização toma como preocupação a crescente violência contra jornalistas na região, fazendo com que a RIPVG se torne uma rede de resistência e proteção².

Palavras-chave: Perspectiva de gênero. Violência contra jornalistas. América Latina.

235

Protection and resistance of feminist journalists in Latin America

Abstract

The present article discusses the attunement of Latin American feminist journalists of the Red Internacional de Periodistas con Visión de Género (RIPVG) founded in 2005, in Mexico. Based on deep interviewing of journalists from five Latin American countries (Mexico, Colombia, Chile, Brazil and Argentina) who occupy organizational positions in the RIPVG, the main objective is to recognize, over the last decade, the network's change in their way of acting. If the formation of journalists with gender perspective focused on journalistic production was the professionals' central objective, the organization takes into concern the growing violence against regional journalists, turning RIPVG into a network of protection and resistance.

Key words: Gender perspective. Violence against journalists. Latin America.

¹ Doutora em Jornalismo pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJOR/UFSC) e integrante do grupo de pesquisa Transverso - Estudos em Jornalismo, Interesse Público e Crítica (PPGJOR/UFSC). E-mail: je.g.costa@gmail.com.

² Esta pesquisa foi realizada com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) durante os primeiros três anos de doutorado. No último ano contou com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc), mediante concessão de bolsa.

Introdução

A permanência de uma matriz de poder masculinista, racista e heteronormativa, herança da intrusão colonial na América Latina, afeta bruscamente a vida das jornalistas dos países dessa região. Com o intuito de compreender o trabalho que vem sendo articulado dentro da *Rede Internacional de Periodistas com Visión de Género* (RIPVG) aciono as contribuições do feminismo decolonial. Nesta perspectiva, a dominação histórica, política, cultural e econômica resultante da colonização na região é pensada tendo como centralidade os processos de racialização e sexualização das relações sociais, assim como a instituição da heterossexualidade compulsória (CURIEL, 2010; RICH, 2012). A consideração da existência de uma matriz de dominação reflete na imbricação dos sistemas de dominação, como o capitalismo, o heterossexismo, o racismo e o sexismo, pois “as categorias como raça, classe, sexo, sexualidade, entre muitas outras, são concebidas como ‘variáveis dependentes’ porque cada uma está inscrita nas outras e é constitutiva de e pelas outras”³ (CURIEL, 2010, p. 328, tradução minha). A teoria feminista decolonial, assim, não apenas seguiu com a discussão sobre a colonialidade, enquanto matriz de poder (MIGNOLO, 2014), mas a complexificou, incluindo a categoria de gênero, ao lado da raça, como estruturantes do poder colonial.

A tentativa de buscar respostas sobre as consequências da colonização na vida das mulheres latino-americanas tem levado a distintas posições sobre como era a vida delas antes do processo de invasão ou mesmo se existia uma divisão binária entre homens e mulheres. Entendendo que as relações de gênero são contextuais e históricas, a antropóloga argentina Rita Laura Segato (2011, 2021) propõe uma elaboração teórica sobre as mudanças nas relações de gênero causadas pelo colonialismo. A autora se apoia em evidências da “existência de nomenclaturas de gênero nas sociedades tribais e afroamericanas”⁴ (SEGATO, 2011, p. 77, tradução minha), uma proposta diferente da trazida pelo pensamento de Maria Lugones (2014), uma das grandes referências nas abordagens feministas decoloniais, que considera o gênero uma categoria colonial.

Entre as proposições de Segato (2011, 2021), está a de que o desamparo e a crueldade contra as mulheres aumentam na medida em que a modernidade se expande e agrega novas regiões. Com o avanço do polo modernizador estatal, a autonomia dos

³ No original: “las categorías como raza, clase, sexo, sexualidad, entre muchas otras son concebidas como ‘variables dependientes’ porque cada una está inscrita en las otras y es constitutiva de y por las otras”.

⁴ No original: “existencia de nomenclaturas de género en las sociedades tribales y afro-americanas”.

povos se debilita e a trama do tecido comunitário, que protegia as mulheres, vai sendo destruída. Ao rasgar a trama comunitária, a desordem profunda na ordem existente gera o agravamento e a intensificação das hierarquias, incluindo as relações de gênero.

Isso não significa que no mundo-aldeia (SEGATO, 2011) não existissem relações de poder perpassadas por gênero, mas sim que as hierarquias não eram tão demarcadas e com maior possibilidade de trânsito entre posições. A antropóloga considera, então, a existência de patriarcados de baixa intensidade, que progressivamente foram intensificados pela penetração das relações de gênero coloniais/modernas nas relações de gênero do mundo-aldeia. Se antes existia entre alguns povos a ideia de dualidade nas relações de gênero, o sistema moderno estabeleceu o binarismo, articulando gênero à matriz heterossexual.

Me aliando, assim, à perspectiva feminista decolonial, minha hipótese é que a RIPVG, em interlocução com as redes nacionais de jornalistas com perspectiva de gênero, está construindo um tipo de jornalismo de conexões e alianças inesperadas, construindo articulações criativas na construção de novos tecidos de proteção e resistência, que possam amenizar a violência a que as mulheres foram expostas (SEGATO, 2011, 2021). Esse intento parece se referir tanto à formulação de um jornalismo com perspectiva de gênero, refletindo sobre suas características, quanto à possibilidade de jornalistas que atuam a partir de uma perspectiva de gênero exercerem sua profissão.

A atuação do jornalismo feminista na América Latina apresenta longa trajetória. Desde o final do século XVIII temos registro da apropriação das mulheres da escrita na busca por direitos, assim como os jornais e revistas foram os principais espaços de resistência das mulheres letradas no século XIX. Já durante as décadas de 1960, 1970 e 1980, período das ditaduras latino-americanas, começam a se formar as primeiras redes discursivas transnacionais de feministas e jornalistas (VEIGA, 2009), possibilitando o trânsito de discursos, teorias e denúncias sobre a situação autoritária enfrentada na região. O jornalismo se torna uma estratégia de ação política (WOITOWICZ; PEDRO, 2010).

A organização *Comunicación e Información de la Mujer* (Cimac), fundada no México em 1988, é pioneira na América Latina na articulação em rede de jornalistas com perspectiva de gênero (HASAN; GIL, 2016) e foi responsável pela formação de profissionais sobre a temática, além da produção de notícias e distribuição para veículos

de comunicação. A partir da década de 1990 e em consonância com o Capítulo J da Plataforma de Pequim (ONU), que estimulou a formação de redes de jornalistas, observamos o crescimento de redes nacionais em diferentes países latino-americanos e a fundação de uma rede internacional que aglutina e promove o diálogo entre os diferentes contextos de atuação local.

Atenta a este cenário, o presente artigo discute a articulação de jornalistas feministas latino-americanas dentro da *Red Internacional de Periodistas con Visión de Género* (RIPVG), criada no México em 2005, e formada por mais de 300 jornalistas de 36 países. O objetivo é perceber, a partir de entrevistas em profundidade com nove jornalistas (DUARTE, 2005)⁵ — duas brasileiras, três mexicanas, duas argentinas, uma colombiana e uma chilena — que ocupam cargos organizativos dentro da RIPVG, uma mudança de atuação na última década dentro da rede. Se a formação de jornalistas com perspectiva de gênero era o objetivo central das profissionais, com foco na produção jornalística, a partir de 2010 a organização toma como preocupação a crescente violência contra jornalistas, fazendo com que a RIPVG se torne uma rede de resistência e proteção.

Esta característica atual da RIPVG, assim como o surgimento de novas redes nacionais, parece ser influenciada pelo contexto que a América Latina vem enfrentando, de maiores discussões no âmbito do feminismo, mas também da ascensão de discursos reacionários e autoritários, com a perseguição de ativistas, pesquisadores e jornalistas que abordam as temáticas de Gênero e Direitos Humanos. Lucia Lagunes Huerta (2021, n.p.⁶, jornalista e diretora da Cimac, considera que a violência contra as mulheres se potencializa em contextos de violência social, de estruturas autoritárias, porque se naturaliza mais a violência e há uma maior permissividade social da violência contra elas. Além disso, a América Latina tem enfrentado o ressurgimento de governos autoritários, antidemocráticos, ultraconservadores e abertamente contra os direitos das mulheres, gerando uma dupla tensão. Ao mesmo tempo em que se constroem espaços para garantir a autonomia e direitos, existe uma reação de grupos contra os avanços.

É sobre essa tentativa de reversão de espaço e direitos que Huerta também situa a violência contra jornalistas:

⁵ Os nomes das jornalistas foram modificados na tentativa de garantir o anonimato delas.

⁶ Entrevista realizada para a minha tese de doutorado no dia 11 de outubro de 2021. A tradução das entrevistas foi feita de forma direta, do espanhol para o português.

A irrupção das mulheres no espaço público, com uma voz própria, como exercemos nós jornalistas, rompe com todo esse mandato de gênero, de submissão e de silêncio, ao qual foram submetidas as mulheres. Então, é uma violência muito misógina, muito perpassada pela desqualificação da autoridade com que participamos do espaço público (HUERTA, 2021, n.p.).

Desta forma, a organização das profissionais na RIPVG demonstra envolver um duplo movimento: por um lado, a consciência da importância de construção de uma prática jornalística que faça frente às desigualdades de gênero, a partir da reflexão coletiva sobre os limites e potencialidades do campo; e por outro, a busca pela garantia do exercício desta prática frente aos ataques reacionários, objetivando a proteção por meio da articulação em rede. A formação destas alianças de resistência que possam dar forma a um novo tecido de proteção e amenizar a violência a que as mulheres foram expostas será discutida ao longo do texto a partir das contribuições de Rita Segato (2011, 2021). A reflexão contida neste artigo faz parte dos resultados obtidos na minha tese de doutorado, defendida em março de 2023, na qual analisei a *tecitura*⁷ de um jornalismo com perspectiva de gênero transnacional pelas integrantes desta rede internacional.

239

A Red Internacional de Periodistas con Visión de Género

A RIPVG surgiu em 2005, em um contexto relacionado ao agravamento de uma crise mundial, que se torna mais expressiva e sentida em diferentes países a partir de 2008. Entre as consequências desta desestabilização está o crescimento de comportamentos regressivos e intolerantes nas diferentes sociedades, representando uma série de retrocessos nas conquistas feministas, nas políticas gênero importantes para a luta pela inclusão e não discriminação. Figura neste cenário, o “recrudescimento do machismo em suas formas mais marcantes: violência contra as mulheres, feminicídio, abolição dos direitos sexuais e reprodutivos, exploração, discriminação e sexismo”⁸ (RIPGV, 2021, n.p., tradução minha).

⁷ Utilizo a palavra *tecitura* e não *tessitura*, pois a primeira apresenta como significado, segundo os principais dicionários de Português, como o Michaelis, a característica de fios que se entrelaçam, como no tear.

⁸ No original: “recrudescimiento del machismo en sus formas más descarnadas: la violencia contra las mujeres, el feminicidio, la abolición de derechos sexuales y reproductivos, la explotación, la discriminación y el sexismo”.

Os discursos antidireitos das maiorias minorizadas e a caçada contra as temáticas de gênero se tornam mais explícitos em 2010, mas a América Latina, ou melhor, as feministas latino-americanas, já estavam na mira do Vaticano e de seus aliados antigênero desde a década de 1990 (CORRÊA, 2018). Soma-se a isto o surgimento das novas igrejas cristãs, a partir do século XIX, formando um arcabouço que foi chamado de evangelismo, mais proeminente na segunda metade do século XX. Para Barrancos (2022, p. 260), sem dúvida, uma das frentes significativas de “combate a ideologia de gênero vem da religiosidade evangélica”, devota de uma perspectiva de ordem natural refletida na demarcação biológica, tornando qualquer dissidência sexual ou de gênero uma ‘abdução demonológica”.

Esse cenário demonstra que a criação da RIPVG demarca o posicionamento desta aliança frente a este contexto. Se relaciona, ainda, ao intuito de pensar estratégias de enfrentamento aos retrocessos no âmbito dos Direitos Humanos, incluindo os das mulheres. A RIPVG se descreve, então, enquanto um espaço que conta com jornalistas de 36 países, com o propósito de promover jornalismo com perspectiva de gênero, evidenciando a situação das mulheres na mídia em prol de mudanças na atual condição delas. Afirma que são “jornalistas que buscamos dar visibilidade às mulheres na mídia, promover seus Direitos Humanos, contar com elas como fonte e usar uma linguagem inclusiva”⁹ (RIPVG, 2021, n.p., tradução minha).

Fundada por jornalistas de 14 países — Alemanha, Espanha, Itália, Peru, El Salvador, Nicarágua, Costa Rica, República Dominicana, Guatemala, Cuba, Estados Unidos, México, Panamá e Argentina —, destaca que desde “a sua formação, a RIPVG impulsiona uma agenda informativa com perspectiva de gênero, defende a erradicação de todo tipo de violência contra mulheres jornalistas, promove os direitos humanos das mulheres à comunicação, informação e a liberdade de expressão”¹⁰ (RIPVG, 2021, n.p., tradução minha).

Neste esforço de engajar jornalistas de diferentes continentes, considerando suas próprias especificidades, a rede internacional formulou uma série de objetivos que servem como guias de atuação. Desta forma, a RIPVG informa que o objetivo geral é

⁹ No original: “periodistas que buscamos visibilizar a las mujeres en los medios de comunicación, promoviendo sus derechos humanos, contando con ellas como fuentes y comprometidas con el uso de un lenguaje inclusivo”.

¹⁰ No original: “desde su fundación, a RIPVG impulsa una agenda informativa con perspectiva de género, defiende la erradicación de todo tipo de violencia contra mujeres periodistas, promueve los derechos humanos de las mujeres a la comunicación, a la información y a la libertad de expresión”.

promover os direitos das mulheres à comunicação, informação e liberdade de expressão, assim como vigiar a implementação do capítulo J, da Plataforma de ação de Pequim, da ONU, definida em 1995. O referido capítulo trata da proposição de ações para aumentar a participação das mulheres na circulação de ideias e o poder de decisão delas nos meios de comunicação, assim como a apropriação de novas tecnologias. O documento é de suma importância para os caminhos trilhados desde a década de 1990 para a construção de um jornalismo com perspectiva de gênero, exatamente porque a conferência considerou a mídia central para diminuir a desigualdade de gênero (CHAHER; SANTORO, 2007).

Esta rede internacional incorpora os eixos de Pequim e destaca entre seus objetivos específicos a busca por cooperação e solidariedade entre as mulheres jornalistas; o impulsionamento de uma agenda informativa com perspectiva de gênero; a defesa pela erradicação de qualquer forma de violência contra as jornalistas; o protagonismo das mulheres enquanto fontes; a promoção de um tratamento jornalístico sem estereótipos e com linguagem inclusiva e não sexista; a promoção de conteúdos que tratem sobre a não discriminação por gênero, assim como cursos de capacitação; a defesa do acesso aos cargos decisórios dos veículos; o incentivo de pesquisas sobre essa visão de gênero; o fomento para a criação de redes; e a manutenção do vínculo com o movimento de mulheres, realizando a cobertura de suas ações.

Mesmo que ao longo do tempo estes objetivos permaneçam, pois as diretrizes da plataforma estão longe de ser alcançados — levaremos pelo menos mais 67 anos para que alcancemos a igualdade de gênero dentro dos meios de comunicação tradicionais do mundo —, as jornalistas observam uma mudança nas tarefas mais urgentes. Assim, uma das grandes frentes de trabalho da RIPVG hoje é a incidência política, que significa estar presente no maior número de eventos e conferências, principalmente as que apresentam maior visibilidade internacional.

Este objetivo se relaciona com uma segunda demanda crescente que é exatamente a denúncia de violências e a busca por mecanismos de proteção das jornalistas, tema que a rede tem se dedicado intensamente nos últimos anos. Ao participar de eventos, elas pressionam para que seja incluída nos documentos produzidos a partir das discussões ao menos uma frase: “que haja a proteção das defensoras de direitos humanos e jornalistas”, conforme relato da jornalista argentina Tereza, integrante da RIPVG (2022, n.p.).

Conhecendo as interlocutoras de pesquisa: os procedimentos metodológicos

O principal procedimento metodológico utilizado para a obtenção dos dados analisados neste artigo foi a entrevista individual em profundidade com nove jornalistas de diferentes países latino-americanos integrantes da rede, etapa considerada fundamental na tentativa de compreender “informações, percepções e experiências de informantes” (DUARTE, 2005, p. 62). A escolha das jornalistas, entre as cerca de 300 vinculadas à RIPVG, aconteceu a partir da identidade latino-americana e da ocupação de cargos decisórios e organizativos durante o período da pesquisa. Assim, foram entrevistadas duas jornalistas brasileiras, três mexicanas, duas argentinas, uma colombiana e uma chilena. A nacionalidade das jornalistas não foi necessariamente uma escolha feita por mim, mas apresenta relação com a própria forma de organização da rede e sobre quem ocupa os cargos de maior atividade organizativa. Poucas jornalistas que ocupavam esses cargos não eram de países latino-americanos. Das 23 que ocupam esses cargos e a coordenação de comissões específicas, somente quatro não são latino-americanas, sendo três delas espanholas e uma jornalista sueca.

A utilização da entrevista em profundidade, segundo Duarte (2005), busca percepções de cunho mais subjetivo dos entrevistados sobre um fenômeno complexo. Assim como objetiva conhecer “como” determinado tema é percebido pelas pessoas e, a partir da realização de uma série de entrevistas, identificar “as diferentes maneiras de perceber e descrever fenômenos” (*ibid.*, p. 63), assim como a multiplicidade de motivações. O autor complementa que nos estudos qualitativos, privilegia-se mais a densidade e qualidade das entrevistas do que a quantidade de pessoas entrevistadas. A realização das entrevistas feitas de forma remota, iniciadas em dezembro de 2021 e concluídas em março de 2022, resultou em mais de nove horas de gravação e 80 páginas de transcrição.

As entrevistas aprofundadas sobre a trajetória feminista e suas atuações no jornalismo com perspectiva de gênero, incluindo situações de violência vividas, e a aplicação de um formulário sobre dados identitários, me permitiu conhecer um pouco mais as interlocutoras de pesquisa, considerando que as identidades construídas dentro da América Latina são perpassadas por um complexo entroncamento entre imposição e subversão e pelas intrincadas relações entre gênero e raça. Desta forma, as identidades das jornalistas participantes da pesquisa são múltiplas, perpassadas por gênero, raça, etnia, nacionalidade, idade, sexualidade, entre outros marcadores sociais. Considerei que

três marcadores identitários mereciam maior destaque na análise: a autoidentificação étnico-racial, a geração das interlocutoras e a relação entre nacionalidade e trajetória profissional e na militância feminista. Entendi que eles eram indicativos sobre a posição de sujeito delas quando da formulação das respostas sobre as questões dirigidas, assim como eram importantes para a compreensão do contexto das lutas feministas em que estavam inseridas e do próprio exercício do jornalismo. Assim, todas as jornalistas que responderam ao formulário enviado sobre informações identitárias (sete das nove participantes) se identificam com o gênero feminino ou mulher, assim como a grande maioria informou ser heterossexual — apenas uma das jornalistas que respondeu ao questionário informou se identificar enquanto bissexual. Sobre identificação étnico-racial, apenas uma jornalista respondeu ser branca. As outras respostas foram: mestiça, negra, indígena e parda, indicando a pluralidade de identificações étnico-raciais entre as integrantes que ocupam cargos organizacionais dentro da RIPVG.

Sobre a questão etária, as idades das jornalistas variaram entre 38 e 69 anos. Percebi, ao acompanhar o trabalho da RIPVG, que existe uma valorização da transmissão de saberes de jornalistas com maior tempo de atuação dentro das redes, centralizada na figura de *ancestras*¹¹, que seguem aconselhando o trabalho das jornalistas mais jovens. A diferença geracional entre elas promove uma relação potente entre experiência e a necessidade de atualização constante frente às novas discussões em curso dentro do arcabouço dos feminismos.

243

A escalada de violência contra jornalistas

A desigualdade de gênero no jornalismo envolve distintas formas de ocorrência, sendo perpassada pela reprodução nas estruturas de trabalho das relações hierárquicas de gênero presentes na sociedade (VEIGA DA SILVA, 2014). Isso impacta não apenas o conteúdo produzido, mas o próprio cotidiano das profissionais, que enfrentam disparidade salarial e dificuldade de ocupar cargos de chefia, somadas as duplas jornadas de trabalho (LELO, 2019). Existe ainda uma nítida discriminação na vivência da maternidade, na “avaliação de desempenho calcada em padrões estéticos, além da intimidação, do assédio e da violência sexual (*ibid.*, p. 11). Soma-se ao cenário, as violências de gênero

¹¹ Palavra em espanhol com significado próximo ao termo “ancestrais”.

na internet, que apresentam grandes consequências na vida concreta da vítima (MONTIEL, 2019). Quando perpetradas contra profissionais da imprensa, “constituem a forma mais grave de atentado contra a liberdade de expressão, a nível individual e social” (*ibid.*, p. 60).

Em pesquisa sobre a violência de gênero digital contra jornalistas no Twitter, realizada pelo site *Sentiido*, da Colômbia, e pela ONG *Comunicación para la Igualdad*, da Argentina, com sete países latino-americanos (Argentina, Colômbia, México, Nicarágua, Paraguai, Uruguai e Venezuela), entre outubro de 2019 e outubro de 2020, descobrimos que 68% das entrevistadas tiveram a liberdade de expressão afetada por ataques na rede. Entre as características que demonstram o viés de gênero estão as menções que colocavam em dúvida a sua capacidade intelectual (10%), o uso de expressões sexistas (20%) e comentários sobre a sua aparência física (30%) (CUELLAR; CHAER, 2020).

Em entrevistas com as jornalistas da RIPVG, a preocupação com o aumento da violência contra jornalistas na região foi um consenso entre as interlocutoras da pesquisa. E o contexto apresentado anteriormente, de uma perseguição a questões de gênero, assim como a reação à maior presença e engajamento crítico das jornalistas parece impactar o aumento da violência. Desta forma, nenhum dos países estudados (Brasil, Colômbia, Chile, México e Argentina) está imune à violência contra jornalistas, em seu caráter misógino, e que prejudica drasticamente a atuação delas. O que modifica é a intensidade com que ocorrem, tendo como expressão mais grave os assassinatos.

A jornalista e professora universitária brasileira Leila, uma das interlocutoras da pesquisa, destaca que no Brasil estamos vivenciando um momento de grande violência contra as jornalistas, sendo principalmente “ataques cibernéticos contra jornalistas, linchamentos e cancelamentos” (LEILA, 2021, n.p.). Ao mapear os ataques sofridos por 24 jornalistas brasileiras e dois portais de imprensa feministas entre janeiro de 2018 e novembro de 2021, Fernanda Nascimento e eu (2022, p. 7) consideramos que “os mecanismos de perseguição, que vêm sendo percebidos tanto online quanto offline, culminam em violências verbais e até mesmo físicas contra jornalistas, institucionalizadas pela incitação do [ex] presidente da República”.

Para a pesquisadora brasileira entrevistada, a grande questão a ser discutida no momento é como apoiar as jornalistas que sofrem agressões, porque “faltam espaços de proteção para essas mulheres que são agredidas na Internet no exercício da profissão (LEILA, 2021, n.p.). Leila destaca ainda que não são apenas as jornalistas que vivenciam

este contexto, mas as próprias pesquisadoras da área de gênero. Ela, que realiza pesquisa no campo do Jornalismo, afirma que não posta muito nas redes sociais sobre seus estudos por medo de ser atacada.

Na Argentina, embora os dados de assassinatos de profissionais sejam inexpressivos, a violência contra jornalistas em seu prisma de gênero é perceptível principalmente dentro dos espaços de trabalho, em múltiplas formas de assédio, assim como o crescimento dos ataques digitais. A jornalista argentina Teodora, que apresenta uma longa trajetória no jornalismo, ressalta a dificuldade de denúncia dos casos pelo medo de perder a fonte de sustento. Ela destaca que durante as décadas em que atuou no jornalismo não sofreu casos de assédio direto, mas sentiu fortemente a desigualdade de gênero em sua permanência dentro das empresas aliada à contrariedade com a perspectiva feminista que aportava.

Me despediram várias vezes por ser mulher, por ser feminista [...]. Quando alguém me pergunta, mas como sabe que te despediram por ser feminista? [Respondo que] observo quem colocaram no meu lugar. Se me tiram e quem me substitui tem essas características, jovem, homem, patriarcal, católico, religioso militante, está claro que me tiraram por ser feminista. Não há muita dúvida (TEODORA, 2021, n.p.).

245

No Chile, é predominante também a discriminação dentro das redações, motivada por estas relações de poder e pela própria estrutura da mídia, com alta concentração dos meios. O estímulo profissional à competição é um dos fatores, segundo a jornalista chilena Antonia, para a dificuldade de sociabilidade e apoio mútuo entre as próprias colegas de trabalho, “porque de alguma maneira necessitamos ser reconhecidas, validadas entre os pares que em sua maioria são homens e tem uma vantagem estrutural, desigual, diferente das mulheres” (ANTONIA, 2021, n.p.). Além disso, a crise política enfrentada pelo Chile desde 2019 impulsionou uma série de protestos nas ruas, tornando mais evidente a insegurança das jornalistas durante coberturas, sendo registrados casos de ataques sexuais por parte de agentes de segurança contra profissionais da imprensa.

Já na Colômbia, a violência pode ser considerada mais explícita. Persistem os casos de assédio e abuso nas redações, assim como as violações e mortes de jornalistas. A jornalista colombiana Laura considera que os meios de comunicação refletem a sociedade em que se vive. Assim, “se temos um mundo de violência contra mulheres, isso se reflete não somente nas salas de redação, mas em todo o processo jornalístico” (LAURA, 2022, n.p.). Em pesquisa realizada em 2021 pela *Red Colombiana de*

Periodistas con Visión de Género e Fundación Karisma, intitulada *Periodistas Sin Acoso*, das 470 pessoas entrevistadas, 34% responderam ter sofrido violência física. Já nos dados de assédio sexual, das 346 mulheres participantes, 67% afirmaram ter passado por essa situação. “Então, você tem que recorrer a uma fonte em lugares fechados, cobrir manifestações, cobrir zonas de conflito, e em todos esses cenários se manifestam violências contra elas” (LAURA, 2022, n.p.). Nesta mesma pesquisa, as jornalistas da rede colombiana ressaltam ainda a grave situação enfrentada pelas profissionais no contexto do conflito armado, em que a violência sexual é utilizada como arma de guerra, sendo as mulheres jornalistas vítimas deste tipo de crime como forma de repressão por exercerem o jornalismo.

Sabemos que a América Latina figura entre as regiões mais violentas para o exercício do jornalismo, com cifras crescentes que demonstram o agravamento do problema. Segundo dados da organização Repórteres Sem Fronteiras, México, Brasil, Colômbia e Honduras foram os países em que aconteceram 80% das mortes entre os anos de 2010 e 2020, totalizando 139 assassinatos (RSF, 2022). Frente a este cenário, a RIPVG passa a dedicar boa parte de sua atuação a uma série de ações que visam a denúncia dos casos, assim como a busca por estratégias de proteção. Uma comissão específica, chamada de comissão de alerta, foi criada em 2009 para tratar do tema. Nestes anos, este núcleo já atuou no acompanhamento de mais de 150 casos de violência.

A jornalista mexicana Carmen explica que durante o surgimento das redes de jornalistas com perspectiva de gênero, sendo a primeira delas a *Red Nacional de Periodistas*, no México, em 1995, as múltiplas violências nas quais as profissionais estão sujeitas já eram conhecidas. Isso em dois sentidos: “dentro das redações, com as fontes informativas, mas também como um exercício de censura, de limitar a liberdade de expressão das jornalistas” (CARMEN, 2021, n.p.). Mesmo reconhecendo a existência, ainda não era percebida a urgência em abrir uma frente de trabalho específica sobre o tema. Carmen relata que resistências sobre a inclusão de uma perspectiva de gênero na análise dos casos apareceram até mesmo de organizações internacionais reconhecidas na defesa da liberdade de expressão.

Assim, se fez necessário, começar autonomamente a nomear este tipo de violência específica porque por muito tempo “se decidiu privilegiar o que ocorria com os homens jornalistas, e isso ocorre porque estamos em um mundo patriarcal, as mulheres

jornalistas ficaram escondidas na generalidade do que se passa aos jornalistas no México” (CARMEN, 2021, n.p.). A falta de dados sobre o que ocorria com as mulheres foi uma das consequências de tratar de forma generalizada a violência, até porque mesmo as jornalistas tinham dificuldade de identificar e nomear a situação. Havia o medo de ser estigmatizadas enquanto vítimas por conta do masculinismo presente na profissão.

No caso da rede mexicana, elas decidiram “fazer a própria metodologia feminista com perspectiva de direitos humanos das mulheres para evidenciar as violências que estamos vivendo” (CARMEN, 2021, n.p.). Com o passar dos anos e a constatação dos riscos da atuação jornalística, o tema esteve mais presente na rede do México e, posteriormente, incidiu na rede internacional, “porque começamos a ter cada vez mais casos de companheiras da rede que estavam vivendo em condições de violência extrema” (CARMEN, 2021, n.p.).

A rede mexicana, enquanto articulação anterior a rede internacional, aporta essa expertise de investigação dos casos e formas de incidência sobre a violência para a RIPVG, que nasce uma década depois, em um contexto de maior recrudescimento da violência contra jornalistas. De acordo com a jornalista mexicana Margarida, a RIPVG nasce para impulsionar uma agenda informativa com perspectiva de gênero, impulsionar essa visão dentro do jornalismo. “Fazíamos formação, formação e mais formação, criando novas redes e alianças” (MARGARIDA, 2021, n.p.). Contudo, a partir de 2006, o México começa a enfrentar uma alavancada na violência a partir de uma declaração de guerra aos grupos ligados ao narcotráfico, que afeta diretamente jornalistas. “E como nos protegemos? [...] tivemos que construir alianças solidárias de autoproteção por conta das omissões do estado mexicano” (MARGARIDA, 2021, n.p.).

Margarida é uma jornalista *desplazada*¹². Há cerca de seis anos precisou deixar o trabalho, casa, boa parte de sua família e a região em que vivia após ser ameaçada de morte, junto com seu esposo e seu enteado, também jornalistas, e seus três filhos menores de idade. Ela considera que a ameaça foi diretamente motivada pela sua atuação jornalística e sua trajetória nas redes de jornalistas.

E o pior é que não acontece nada, você perde um patrimônio que é intangível, tua vida, tua saúde, tu construí uma trajetória ao longo de toda uma vida, te desapropriam disso porque te obrigam a ir para um

¹² Termo em espanhol que pode ser traduzido como uma mudança forçada do local em que se vive. Normalmente está relacionado ao contexto de ameaças.

lugar onde esse patrimônio não está, e como teu trabalho é público, tão pouco você pode trabalhar nisso (MARGARIDA, 2021, n.p.)

O sentimento de isolamento promovido pelos agressores e sentido pelas jornalistas encontra na atuação em rede, como é o caso da RIPVG, uma tecitura promovida pelas profissionais que visam a dar acolhimento, apoio e confiança, quando as jornalistas perderam quase tudo e encontram pouco respaldo do Estado para reverter a situação. “Eu sempre acreditei que as redes de jornalistas salvam vidas, incluindo a minha e da minha família. [...] Porque quando tu estás em uma situação dessas de ser perseguida, de ser uma *desplazada*, o que os agressores buscam é te isolar, converter você em uma pessoa de risco para todo mundo que está perto de ti” (MARGARIDA, 2021, n.p.).

Nesse sentido, ela considera que o maior desafio da RIPVG hoje é a prevenção da violência e a segurança das jornalistas, garantindo que elas tenham liberdade para exercer a sua profissão. É neste sentido, talvez, que observamos os maiores impactos da rede na proteção e resistência de jornalistas frente as violências crescentes, pois “digamos que estamos neste momento cada vez mais convencidas de que as redes são as que podem nos salvar” (CARMEN, 2021, n.p.). A RIPVG tem, então, atuado na denúncia das falências do Estado e conseguido que as relatorias de liberdade de expressão assumam a questão de gênero como um tema nodal no âmbito internacional. “E outra questão também é ir desenvolvendo estratégias individuais para as coberturas, queremos seguir fazendo jornalismo, mas não queremos perder a vida por fazê-lo” (CARMEN, 2021, n.p.). O desenvolvimento de cursos e formação para a proteção das jornalistas, análises de contexto que considerem os riscos da prática jornalística e o desenvolvendo estratégias de enfrentamento estão entre os objetivos atuais da rede. Além disso, o apoio emocional entre elas está entre os aportes mais importantes da articulação, “sobretudo para as companheiras que sofreram *desplazamientos* forçados, que vivem no exílio, e se veem perdendo tudo de um dia para o outro. Saber-se apoiada é muito importante para reiniciar onde está. Tudo isso vão construindo as redes” (CARMEN, 2021, n.p.).

A jornalista mexicana Martha considera que a RIPVG constrói *acorpamientos*¹³ entre pessoas de todas as regiões da América Latina. Ela me explica que em nosso

¹³ Agrupamento, unidade, união. Considero que a palavra em espanhol informa melhor sobre o significado de *acorpamiento* no interior da rede.

diálogo também estamos construindo um *acorpamiento*, “construindo essas formas de resistência desde a academia, desde todos os espaços que podemos estar, onde vamos construindo um jornalismo finalmente com perspectiva de gênero” (MARTHA, 2021, n.p.). *Acorpamientos* abraçadores que são uma fortaleza, um *altavoz* que faz com que as jornalistas não se sintam isoladas pela violência que as atinge, são uma das formas de resistência que a rede internacional se dedica a tecer.

Segato (2021), ao teorizar sobre a violência contra mulheres na Ciudad Juárez no México e sobre a violência contra mulheres indígenas no Brasil, nos oferece uma chave importante para refletir sobre a construção de brechas e fissuras efetivas que façam frente à colonialidade de gênero e de raça. Se o tecido comunitário que protegia a mulheres nos patriarcados de baixa intensidade dentro do mundo-aldeia vai sendo rompido pela intrusão colonial e sendo dilacerado ainda mais pelo avanço do estado-moderno, a saída muitas vezes encontrada pelas mulheres diz respeito à tentativa coletiva de suturar algumas tramas, cosendo pequenos nós (SEGATO, 2021) para se manterem unidas. No que se refere à RIPVG, não se trata de um resgate do que foi rompido no passado, mas da formação de novas alianças de resistência que possam dar forma a um novo tecido de proteção. Essa é uma estratégia de mulheres e feministas utilizadas há séculos para resistir às mazelas que lhes são impostas, entendendo que somente juntas e lutando pela coletividade poderemos enfrentar as violentas normas de gênero e sexualidade.

E isso se torna ainda mais necessário frente ao contexto que muitos países vivenciam, pois o que “testemunhamos hoje é o desenvolvimento assustador de novos métodos de ataque contra corpos femininos e feminizados. Essa fúria se expande sem fronteiras” (SEGATO, 2021, p. 88). Mesmo com a

[...] crescente implantação de medidas legais em resposta ao que ficou conhecido como “diretos humanos das mulheres” após a Conferência Mundial de Direitos Humanos de 1993, podemos sem dúvida, falar de uma barbárie crescente do gênero colonial-moderno, ou do que algumas pessoas já chamam de “genocídio de gênero” (*ibid.*, p. 89).

O impulsionamento deste genocídio tem em sua base uma modificação das relações hierárquicas duais de gênero no mundo aldeia, transformadas/agravadas em relações hiper-hierárquicas e dicotômicas de gênero no mundo moderno. Em que só existe o um e os “outros”, as “sobras marginais” (*ibid.*, p. 107). Para Segato (*ibid.*, p. 102),

a vulnerabilidade das mulheres aumenta a partir do momento em que existe uma “superinflação da importância do papel dos homens dentro da comunidade”, dialogando externamente com a administração branca, e uma “superexpansão do espaço público ancestralmente ocupado pelos homens na comunidade”. Como consequência destas duas mudanças decisivas, “a dualidade se torna binarismo porque a esfera dos homens é definida como a epítome do que é público e político, em oposição à esfera das mulheres, que é despolitizada por ser definida como privada” (SEGATO, 2021, p. 102). As mulheres perdem poder político:

Os laços exclusivos entre mulheres, que orientavam sua solidariedade e colaboração tanto nos rituais quanto no trabalho produtivo e reprodutivo, são desmantelados no processo de encapsular a domesticidade como “vida privada”. Para o espaço doméstico e para as pessoas que o habitam significa um colapso total de seu valor e munção política, de sua capacidade de participar de forma significativa nos processos de tomada de decisão que afetam toda a comunidade (*ibid.*, p. 106).

As jornalistas entrevistadas ressaltaram que a violência a que são expostas dentro da profissão está relacionada tanto com a produção jornalística crítica sobre esse sistema dicotômico de gênero, extremamente violento, quanto com a não naturalização da presença delas dentro de espaços de poder, tratando de assuntos que dizem respeito à coletividade. Isso porque essa esfera moderna apresenta um tipo de sujeito muito específico que pode transitar por ela, sendo ele mesmo o criador das regras de cidadania. “Ele é homem, branco, alfabetizado, proletário e pater familias (uso esse termo em vez de heterossexual, porque sua vida sexual é desconhecida, mas sua ‘respeitabilidade’ como chefe de família pode ser comprovada)” (SEGATO, 2021, p. 109).

Qualquer tentativa de alcançar uma identidade política pública envolve um processo de assemelhar-se a ele. Ou ainda, qualquer tentativa de deter poder dentro das instituições masculinistas pressupõe assumir suas características. Foi neste sentido que Veiga da Silva (2014, p. 320-321) considerou em sua pesquisa de mestrado que as hierarquias entre jornalistas dentro da redação eram perpassadas não apenas por competências profissionais, tendo relação “com adequação a determinados perfis, cujos atributos de gênero mais valorizados estavam em consonância com aqueles convencionalmente associados ao masculino (força, imposição, coragem, pioneirismo, pró-atividade etc.)”, independente do gênero dos profissionais.

Desta forma, é no enfrentamento dessas hierarquias que desvalorizam o feminino e, conseqüentemente, as mulheres, mas não apenas elas, dificultando sua atuação em diversos âmbitos sociais, que as profissionais da RIPVG dedicam sua profissão e ao mesmo tempo enfrentam toda a fúria por resistir a elas. E esta violência é perpassada não somente por questões de gênero, mas também de raça, etnia e sexualidade. Um exemplo disto nesta pesquisa é que a única jornalista indígena entrevistada, que vivencia também uma sexualidade dissidente da norma heterossexual, foi a única que relatou ter sofrido violência física durante o exercício do jornalismo, além de uma série de outras violências psicológicas e morais. A violência é assim agravada dependendo dos corpos aos quais ela se dirige.

Dentro das definições das integrantes da RIPVG discutidas e apresentadas para a elaboração de uma perspectiva de gênero no jornalismo percebemos o trânsito de discursos dos feminismos considerados hegemônicos, oriundos do norte global, refletidos, tensionados e ressignificados dentro dos contextos locais, mas ainda bastante marcados pela ideia de igualdade que perpassa o ideal dos direitos humanos e da centralidade da categoria mulheres, embora considerando outros marcadores da diferença. Ao mesmo tempo em que em suas práticas de *acorpamiento* é possível perceber um deslocamento dos discursos hegemônicos, promovendo uma organização que enfrenta a lógica moderno-colonial. Individualismo e empoderamento individual são refutados em busca de alianças menos hierárquicas, da solidariedade, do afeto, “práticas de reciprocidade” (SEGATO, 2021, p. 96).

A partir deste mecanismo aglutinador de aliança, mas não cerceador, a RIPVG criou um sentido de pertencimento, segundo Ocampo (2015), envolto em um propósito central e comprometida com a criação de uma “nova cultura em que homens e mulheres se pensam a partir de novos símbolos inclusivos, participativos e equitativos, com novas formas de valoração e representação” (OCAMPO, 2015, n.p., tradução minha). Para seguir com essa proposta, Martha explica que a RIPVG tem *acorado* com uma intenção, pois o *acorpamiento* é uma estratégia, uma estratégia de proteção entre colegas de profissão, assim como uma ferramenta de articulação para a capacitação sobre o jornalismo, desconstruindo-o para depois reconstruí-lo a partir de uma perspectiva de gênero, formando “essa rede de abraços entre as companheiras e de coincidências”, e

“desde o *amamacho*¹⁴ de proteção em cada situação que passem as companheiras” (MARTHA, 2021, n.p.,).

Considerações finais

Discuti neste artigo uma mudança nos eixos prioritários de atuação da RIPVG, motivada pelo crescimento da violência contra as jornalistas na América Latina. O ativismo em que estão envolvidas dentro da rede as une de modo que parece bastante específico — tanto na formação de profissionais com uma perspectiva de gênero quanto na denúncia de um sistema desigual, profundamente machista, racista e misógino, que afeta as mulheres e outros grupos ao redor do globo, incluindo as próprias jornalistas. Frente a omissão do Estado e não garantia de proteção, promovem uma atuação independente denunciando os casos, pressionando autoridades e realizando novas alianças.

Proponho que esta é uma maneira de resistir ao sistema moderno/colonial de gênero, considerando que foi a ruptura do tecido comunitário que protegia as mulheres quando da intrusão colonial o ponto de agravamento da violência de gênero (SEGATO, 2011, 2021). A permanência ainda hoje de uma matriz de poder masculinista, racista e heteronormativa afeta bruscamente a vida das jornalistas latino-americana e a violência é agravada dependendo dos corpos aos quais ela se dirige, como demonstram os relatos das profissionais. Por isso, elas se dedicam a tecer uma rede de resistência e proteção que possa permitir a atuação jornalística a partir de uma perspectiva de gênero.

Assim, acredito que a hipótese proposta neste artigo, de que a RIPVG, em interlocução com as redes nacionais, está construindo um tipo de jornalismo de conexões e alianças inesperadas, formando articulações criativas na construção de novos tecidos de proteção e resistência, que possam amenizar a violência a que as mulheres foram expostas (SEGATO, 2011, 2021), foi confirmada. Considero que este intento se refere tanto à formulação de um jornalismo com perspectiva de gênero, refletindo sobre suas

¹⁴ A palavra *amamacho* foi proferida diversas vezes pela interlocutora de pesquisa Martha, mulher indígena Nahua, da região de Guerrero, no México. Até mesmo em conversas que tivemos por WhatsApp ela recorreu ao seu uso quando estávamos nos despedindo: “Besos y *amamachitos*”. A palavra que encontrei tradução foi *apapacho*, uma expressão que significa algo como abraços do papai. A variação para mamã, a mamãe, pode ser uma possível explicação. De toda forma, mantive a palavra sem tradução, pois é impossível não perceber o poder da colonialidade na tentativa exaustiva de traduzir algo que não apresenta um significado semelhante. Como afirma Lugones (2014, p. 944), “por isso, se não traduzo e você pensa que entende menos, ou que nada entende, acho que você pode entender melhor, porque isto funciona como um exemplo de pensamento na diferença colonial”.

características, quanto à possibilidade de jornalistas que atuam a partir de uma perspectiva de gênero exercerem sua profissão.

Se a ruptura do tecido comunitário tornou as mulheres mais vulneráveis à violência, esse fino tecido construído pela RIPVG que envolve múltiplas frentes — como a incidência política, a denúncia, a formação profissional e a solidariedade —, construindo um grande *acorpamiento*, um *amamacho* de proteção entre elas, parece ser uma maneira de promover um novo elo de segurança.

Referências

BARRANCOS, D. **História dos Feminismos na América Latina**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

CHAEER, S.; SANTORO, S. **Las palabras tienen sexo**. Introducción a un periodismo con perspectiva de género. Buenos Aires: Artemisa Comunicación Ediciones, 2007.

CORRÊA, S. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Cadernos Pagu**, n. 53. Campinas: Unicamp, 2018.

CUELLAR, L.; CHAHER, S. **Ser periodista en Twitter**: violencia de género digital en América Latina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Comunicación para la Igualdad Ediciones; Bogotá: Sentiido; París: Unesco, 2020.

CURIEL, O. Hacia La construcción de un feminismo descolonizado. In: MIÑOSO, Y. E. (org.). *Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano*. Buenos Aires: Em La Frontera, 2010.

DUARTE, J. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, J. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

HASAN, V.; GIL, A. S. La comunicación con enfoque de género, herramienta teórica y acción política. Medios, agenda feminista y prácticas comunicacionales. El caso de Argentina. **Revista de Estudios de Género – La ventana**, v. 5, n. 43, p. 246-280. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 2016.

HUERTA, L. L. Entrevistadora: Jessica Gustafson Costa. A entrevista na íntegra foi realizada para os fins de tese de doutorado da entrevistadora realizada de forma virtual nas cidades de Florianópolis (Brasil) e Cidade do México (México), 2021.

LELO, T. V. A feminização do jornalismo sob a ótica das desigualdades de gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 2, p. 1-14. Florianópolis: UFSC, 2019.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952. Florianópolis: UFSC, 2014.

MIGNOLO, W. Retos decoloniales, hoy. In: BORSANI, M. E.; QUINTERO, P. **Los Desafíos decoloniales de nuestros días**. Pensar en colectivo. Argentina: Editorial de la Universidad Nacional del Comahue, 2014.

MONTIEL, A. V. Violencia contra mujeres periodistas. **Interdisciplina**, v. 7, n. 17, p. 57-67, Ciudad de México: Unam, 2019.

NASCIMENTO, F.; GUSTAFSON, J. Ataques bolsonaristas às jornalistas no Brasil: misoginia e sexismo em um cenário de cruzada antigênero. In: **Anais do V Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas**. Natal: UFRN, 2022, p. 1-22.

OCAMPO, F. **Red Internacional y Red Colombiana de periodistas con visión de Género**. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3r9RYe4>. Acesso em: 26 jun. 2023.

RED INTERNACIONAL DE PERIODISTAS COM VISIÓN DE GÉNERO, Disponível em: <http://www.redinternacionaldeperiodistas.com>. Acesso em: 7 mai. 2021.

RSF. Repórteres Sem Fronteiras. **Sob Risco**: Como superar as falhas dos programas de proteção a jornalistas na América Latina (Brasil, Colômbia, Honduras e México). Paris: RSF, 2022.

SEGATO, R. L. Género y colonialidad: em busca de claves de lectura y de um vocabulário estratégico descolonial. In: BIDASECA, K.; LABA, V. (org.). **Feminismos y postcolonialidad. Descolonizando el feminismo desde y en América Latina**. Buenos Aires: Godot, 2011. p. 17-48.

SEGATO, R. L. **Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

VEIGA, A. M. **Feminismos em rede?** Uma história da circulação de discursos e informações entre São Paulo e Buenos Aires (1970-1985). 168f. Tese. Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis: UFSC, 2009.

VEIGA DA SILVA, M. **Masculino, o gênero do jornalismo**: modos de produção das notícias. Florianópolis: Insular, 2014.

WOITOWICZ, K. J.; PEDRO, J. M. Feminismo e ativismo midiático: o jornalismo como estratégia de ação política. In: FAZENDO GÊNERO, 9., 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2010. p. 1-10.

Submissão: 12 de mai. 2023

Aceite: 22 de jun. 2023.